

MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: UM ESTUDO SOBRE VULNERABILIDADES SOCIAL, RACIAL E DE GÊNERO

Homeless women: a study on social, racial and gender vulnerabilities

Ingride Souza Lima¹
Rafael Coelho Rodrigues²
Dóris Firmino Rabelo³

Artigo encaminhado: 14/05/2021
Artigo aceito para publicação: 05/12/2023

RESUMO: Este artigo propôs, através da revisão integrativa de literatura, identificar as principais vulnerabilidades sociais decorrentes das desigualdades de gênero que são vivenciadas por mulheres em situação de rua. Foi realizado um levantamento nas bases de dados: BVS/LILACS e SCIELO, entre os anos 2010 e 2020 utilizando a análise descritiva de dados. Foram identificadas cinco categorias de análise, que demonstraram que as mulheres em situação de rua vivenciam um processo de invisibilização dos processos de desigualdades sociais, racial e de gênero.

Palavras-Chave: Mulheres. Situação De Rua. Gênero. Desigualdade Social. Políticas Públicas.

ABSTRACT: The objective of this literature review was to identify the main social vulnerabilities resulting from gender inequality experienced by homeless woman. A bibliographical review was performed based in scientific literature using as databases: BVS/LILACS and SCIELO publications between 2010 and 2020, using a descriptive analysis of data. Five categories of analysis were identified, verifying homeless woman undergo an invisibilization process of social, racial and gender inequality.

Key Words: Women. Street Situation. Gender. Social Inequality. Public Policies.

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade social e a má distribuição de renda evidenciam um cenário complexo e violento, que está pautado na exclusão social a qual, é considerada um processo que pode levar ao acirramento das desigualdades e da pobreza, mas se apresenta como heterogênea no tempo e no espaço (BRASIL, 2004). Em uma sociedade capitalista, essa conjuntura de desigualdades e exclusão social é interpretada a partir da culpabilização do indivíduo que teria “fracassado” devido à suposta “preguiça” ou falta de “esforço”, gerando comumente um processo de discriminação. Essa interpretação individualista centraliza no indivíduo a responsabilidade por sua pobreza, tal

¹ Psicóloga. Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: ingridellima@hotmail.com

² Psicólogo. Doutor em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente na UFRB. E-mail: rafaelcoelhopsi@hotmail.com

³ Psicóloga. Doutora em Educação pela Unicamp. Docente na UFRB. E-mail: drisrabelo@ufrb.edu.br

pensamento, no entanto, reproduz a ilusão de liberdade, igualdade social, racial e de gênero (SOUZA, 2009).

Assim, é importante compreender que esse processo de desigualdade e exclusão social afeta diretamente as pessoas em situação de rua (BRASIL, 2008). Pois viver na rua, traz consigo diversos obstáculos, como por exemplo, o acesso à moradia, à alimentação, ao transporte público, bem como, impasses financeiros, e, principalmente, o estigma social. Apesar de serem distintos os motivos que levam pessoas à situação de rua, como: desemprego, uso abusivo de álcool e outras drogas, violência doméstica, conflitos familiares, transtornos psicológicos, entre outros. É possível observar que, a desigualdade e a exclusão social estão presentes na maioria dos casos, e por isso se apresentam como marcadores essenciais e significativos que conduzem pessoas a viver na rua (CRAWLEY et al., 2013).

Vale ressaltar que a existência de pessoas em situação de rua demonstra um processo de exclusão econômica e política, que foi acentuado no séc. XX, decorrente do êxodo rural e dos processos migratórios, e resultante do clímax da industrialização (NOBRE et al., 2018). Os indivíduos inseridos nesse contexto (da rua) não se enquadram no normativo social, de “cidadão”, por isso essas pessoas são alvos constantes de intervenções violentas, principalmente, policiais e assistencialistas (AGAMBEN, 2004).

A existência de pessoas em situação de rua produz um certo desconforto, tanto para os órgãos governamentais, quanto para uma parcela da sociedade, visto que esta realidade escancara as marcas da desigualdade e exclusão social, assim como inflige a ordem social que é esperada (SILVA; LEMOS; GALINDO, 2016). Nesse sentido a finalidade da “sociedade disciplinar” descrita por Foucault (1987) é, justamente, potencializar o controle para cada espaço, com o intuito de limitar as “funções disciplinares” para cada indivíduo, levando em consideração a preservação da normalidade e da ordem social (CARDOSO JÚNIOR; ALVAREZ, 2013).

A experiência de viver em espaços públicos exige que esses indivíduos recorram as estratégias de sobrevivência, que são de fundamental importância para a adaptação a dinâmica do cotidiano da rua. Por isso é possível notar que a vida na rua é marcada pelo constante deslocamento, tendo em vista as violentas expulsões dos locais usados para descanso, assim como a necessidade de adquirir os recursos essenciais para subsistência. (FRANGELLA, 2004).

Assim, pessoas nesse contexto (da rua) experienciam violências que podem ocorrer entre si, a partir de conflitos territoriais, violações sexuais ou opressões de gênero, ou nas intervenções físicas e simbólicas que são realizadas de maneiras truculentas “pelos agentes urbanísticos”, reforçando o estigma social em relação a esses indivíduos (FRANGELLA, 2004). No entanto, vale ressaltar que essa coerção que é realizada, principalmente e frequentemente pela sociedade e pelo Estado, resultam em assassinatos violentos, das pessoas que estão em situação de rua.

Essas ações extremas, estão pautadas nas representações e práticas que conduzem à “exclusão do outro” (KOWARICK, 2009).

As pessoas em situação de rua são descritas como um grupo heterógeno, mas que podem apresentar algumas características similares como: vínculos familiares fragilizados/rompidos, pobreza extrema, ausência de moradia convencional, utilização das vias públicas como espaço de permanência e instituições de acolhimento para pernoite temporário ou provisório (BRASIL, 2009). Apesar da experiência de viver na rua trazer consigo conjunturas de vida distintas, as histórias dessas pessoas são marcadas por perdas e desvinculações de forma sucessiva, tendo em vista que esses indivíduos, antes de vivenciar a situação de rua, sofreram com desigualdade social, rompimento das relações familiares, desemprego, entre outras circunstâncias (FRANGELLA, 2004).

Embora não existam dados oficiais que sejam unificados e atualizados, sobre as pessoas em situação de rua no Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) reuniu informações independentes de algumas prefeituras. A escassez desses dados demográficos resulta na invisibilidade desses indivíduos em situação de rua assim, como, dificulta a formulação e implementação de políticas públicas destinadas a esse grupo social. Segundo esta pesquisa do IPEA, estimou-se que no ano de 2015, 101.854,00 pessoas estavam em situação de rua, sendo aproximadamente, 18% composta por mulheres. Essas mulheres, em sua maioria, possuem baixa escolaridade, tem em média cerca de 39 anos e pelo menos um filho. Além disso, esse grupo é formado sobretudo por mulheres pretas, pardas e em extrema pobreza (BRASIL, 2008).

Embora as mulheres, nessa conjuntura, sejam proporcionalmente menores quando comparadas aos homens nessa situação, elas apresentam necessidades específicas, tendo em vista que experienciam um processo de violência ainda mais severo, como subjugação, abusos sexuais, espancamentos, entre outros (REIS; GALVANI, 2001). Vale ressaltar que as razões que conduzem homens e mulheres à situação de rua se apresentam de maneiras diversas. Enquanto os homens vivenciam a situação de rua decorrente predominantemente, em virtude das desigualdades sociais (ROSA; BRÊTAS, 2013), as mulheres, além de experienciar esse cenário, têm que conviver com as desigualdades de gênero, como as violências sofridas ainda no âmbito doméstico (AZEVEDO, 2004).

Apesar das dificuldades enfrentadas pelas pessoas em situação de rua, as mulheres que estão nesse contexto tornam-se mais vulneráveis, justamente, por viver numa sociedade permeada por machismo, desigualdade de gênero e de direitos sociais, preconceitos e violências (NIELSEN et al., 2011). As mulheres em situação de rua vivem cotidianamente circunstâncias de violências estrutural e institucional, que são produzidas por indivíduos e instituições que deveriam

ter a responsabilidade e o compromisso de cuidar e proteger essas mulheres em contextos de vulnerabilidades sociais, como os profissionais da saúde e policiais. (ANTONI; ASSMANN, 2016).

Vale ressaltar que a violência de gênero perpassa todas as classes sociais e, conseqüentemente, é naturalizada pela sociedade. Por isso, também, faz parte de uma violência cultural (MINAYO, 2006). O gênero por sua vez é apontado como “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995). Assim a violência de gênero ocorre devido as diferenças entre os aspectos que são culturalmente atribuídos a cada um dos sexos. (SANTOS; IZUMINO, 2005).

Nesse sentido, é possível observar que devido a desigualdade de gênero, quanto mais tempo a mulher vive em situação de rua, maior a probabilidade de sofrer diversas formas de violências. Por isso é urgente ampliar a compreensão sobre as violações que essas mulheres enfrentam no contexto urbano. Sendo assim, considera-se que essas particularidades precisam ser consideradas, assim como a relevância da produção de conhecimentos que vise a formulação de políticas públicas com o objetivo de criação e/ou adequação dos espaços e ações destinados às mulheres em situação de rua. (ROSA; BRETAS, 2015).

Deste modo, este artigo tem como objetivo identificar, através da revisão integrativa de literatura, as principais vulnerabilidades sociais decorrentes das desigualdades de gênero que são vivenciadas por mulheres em situação de rua.

2 MÉTODO

Trata-se de um estudo de revisão integrativa que consiste em um método que possibilita a síntese de conhecimento e tem o potencial de agregar os significativos resultados dos estudos na prática (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

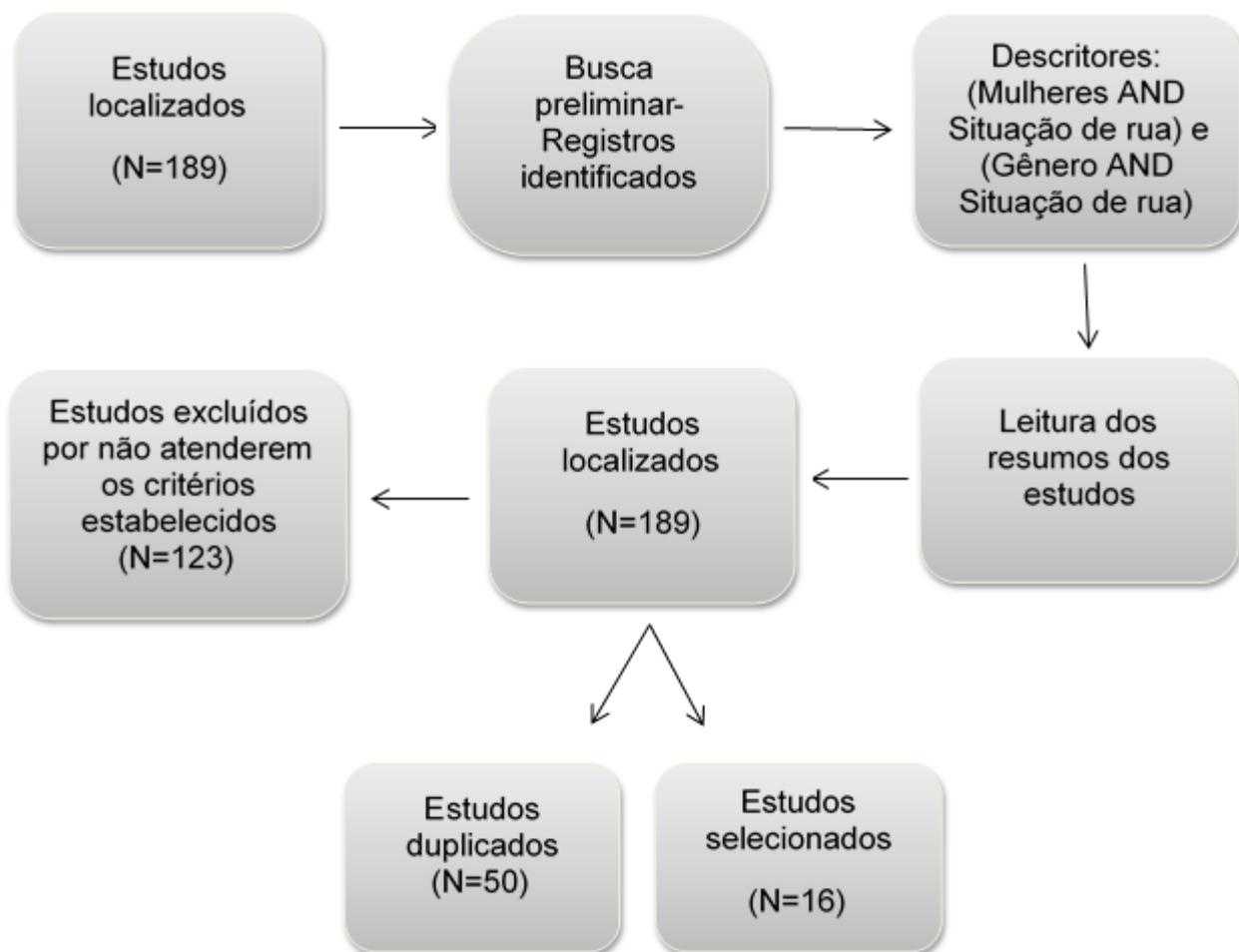
A partir dessa compreensão foi realizada uma pesquisa de artigos publicados nas bases de dados BVS/LILACS e SCIELO, utilizando os seguintes descritores: “mulheres AND situação de rua” e “gênero AND situação de rua”. Os critérios de inclusão utilizados nessa pesquisa foram: artigos publicados entre os anos de 2010 e 2020, assim como estudos descritos na língua inglesa e/ou portuguesa. No que se refere aos critérios de exclusão, foram considerados os artigos que não tratavam da temática apresentada, artigos repetidos e artigos que apresentavam idiomas diferentes do português e inglês.

Os artigos selecionados basearam-se na análise de dados descritiva a qual se fundamenta em resumir, descrever ou apresentar dados (COLLIS; HUSSEY, 2005). Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram realizadas seis etapas: 1) definição da questão de pesquisa; 2)

investigação na literatura; 3) tipificação dos estudos; 4) avaliação dos artigos incluídos; 5) interpretação dos resultados 6) discussão dos resultados (GANONG, 1987).

A partir das pesquisas realizadas nas bases de dados BVS/LILACS e SCIELO foram encontrados 189 artigos, dos quais 123 foram excluídos por não atenderem aos critérios anteriormente estabelecidos e 16 artigos foram selecionados, tendo em vista que se enquadravam nos critérios de inclusão propostos. O fluxograma do processo de seleção dos artigos encontra-se na Figura 1.

Figura 1- fluxograma do processo de seleção dos artigos



Fonte: Lima, 2021.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O quadro 1 apresenta a distribuição dos artigos científicos segundo título da obra, autores e ano de publicação.

Quadro 1- distribuição dos artigos científicos

TITULO	AUTORAS (ES)	ANO	OBJETIVOS
O consumo de crack por mulheres: uma análise sobre os sentidos construídos por profissionais de consultórios na rua da cidade do Rio de Janeiro, Brasil	Gilney Costa Santos, Patricia Constantino, Miriam Schenker e Luzania Barreto Rodrigues	2020	Problematizar os sentidos construídos por profissionais de Consultórios na Rua (CnaR) sobre o consumo de <i>crack</i> por mulheres e suas implicações às práticas de cuidado.
Narrativas LGBT de pessoas em situação de rua: repensando identidades, normas e abjeções	Lis Paiva de Medeiros; Ana Karenina de Melo Arraes Amorim e Maria Teresa Nobre	2020	Delimitar um perfil psicossocial da população em situação de rua de uma capital do Nordeste brasileiro e conhecer intervindo sobre as condições de vida e as possíveis violações de direitos humanos que essa população sofre.
Maria, Maria: concepções sobre ser mulher em situação de rua.	Iulla Portillo Sanchotene, Clarissa de Antoni e Aline Assmann Ruas Munhós	2019	Investigar as concepções de mulheres em situação de rua em Porto Alegre, RS, Brasil, sobre ser mulher nesse contexto.

Olhares entrecruzados: mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo	Gisele Aparecida Dias Franco Arrunátegui	2019	Compreender a experiência da mulher morar na rua pelo olhar das mesmas, bem como pelos olhares do Outro Próximo - Homens em situação de rua - e do Outro Distante - constituído por um grupo diversificado de não moradores de rua; identificar questões de gênero emergentes nas falas dos entrevistados sobre mulheres em situação de rua cruzando os diferentes olhares sobre as mesmas.
Proteção social e produção do cuidado a travestis e a mulheres trans em situação de rua no município de Belo Horizonte (MG)	Lindalva Guimarães Mendes, Alzira Oliveira Jorge e Flávia Bulegon Pilecco	2019	Identificar como se dá a proteção social e a produção do cuidado a travestis e a mulheres trans em situação de rua nas políticas públicas de saúde e de assistência social no município de Belo Horizonte (MG), a partir da percepção dessas pessoas.
Vivências de pessoas LGBT em situação de rua e as relações com a atenção e o cuidado em saúde em Florianópolis, SC	Dalvan Antonio de Campos, Heitor Mondardo Cardoso e Rodrigo Otávio Moretti-Pires	2019	Compreender as implicações das identidades de gênero nas relações sociais e saúde de LGBT em situação de rua de Florianópolis (SC).

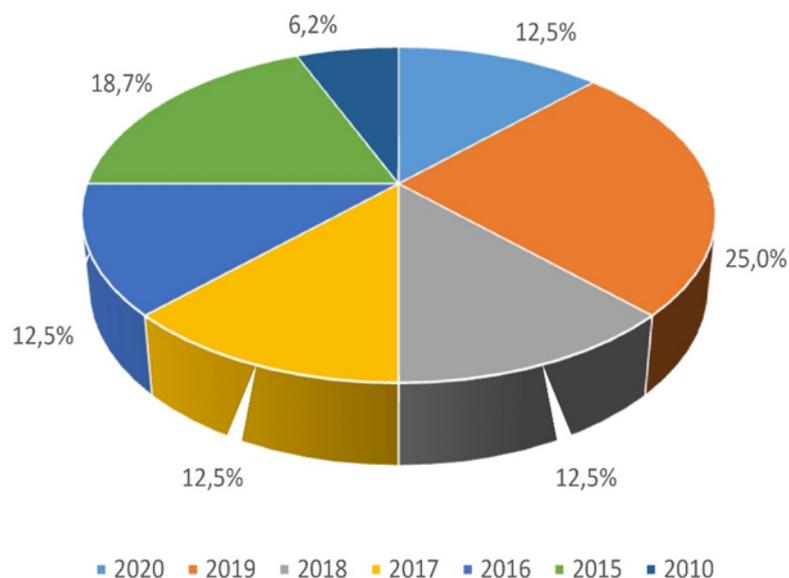
Narrativas de modos de vida na rua: histórias e percursos	Maria Teresa Nobre, Nicole Silva Moreno, Ana Karenina de Melo Arraes Amorim e Emanuely Cristina de Souza	2018	Conhecer seus modos de vida, táticas de sobrevivência e as práticas de resistência frente às diárias violações de direitos.
Experiência de gravidez e aborto em crianças, adolescentes e jovens em situação de rua	Lucas Neiva-Silva, Lauro Miranda Demenech, Laísa Rodrigues Moreira, Adriano Trassantes Oliveira, Fernanda Torres de Carvalho e Simone dos Santos Paludo	2018	Identificar a prevalência de experiência de gravidez e aborto e os fatores associados em crianças, adolescentes e jovens em situação de rua, das cidades de Porto Alegre e Rio Grande, RS, Brasil.
As rupturas sociais e o cotidiano de pessoas em situação de rua: estudo etnográfico	Regina Célia Fiorati, Regina Yoneko, Dakuzaku Carretta, Leonardo Martins Kebbe, Beatriz Lobato Cardoso e Joab Jefferson da Silva Xavier	2017	Conhecer os fatores geradores das rupturas das redes sociais de suporte, identificar o cotidiano e os projetos de vida de pessoas em situação de rua.
Vulnerabilidade e direitos humanos na compreensão de trajetórias de internação por tuberculose	Rosana Maffaccioli, Dora Lúcia L. C. de Oliveira e Évelin Maria Brand	2017	Compreender como desigualdades e violações de direitos humanos se articulam em trajetórias de vulnerabilidade à internação por tuberculose.
Gênero, violência e viver na rua: experiências de mulheres que fazem uso problemático de drogas	Márcia Rebeca Rocha de Souza, Jeane Freitas de Oliveira, Mariana Cavalcante	2016	Descrever vivências de mulheres, em situação de rua, que fazem uso problemático de drogas

	Guedes Chagas e Evanilda Souza de Santana Carvalho		
Compreensão da experiência de vida de mulheres em situação de rua	Priscilla Ribeiro Biscotto, Maria Cristina Pinto de Jesus, Marcelo Henrique da Silva, Deíse Moura de Oliveira e Miriam Aparecida Barbosa Merighi	2016	Compreender a vivência de mulheres em situação de rua.
A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil	Anderson da Silva Rosa e Ana Cristina Passarella Brêtas	2015	Trazer à reflexão situações de violência na vida de mulheres em condição de rua na cidade de São Paulo, Brasil. Durante o trabalho de campo.
Gestantes em situação de rua no município de Santos, SP: reflexões e desafios para as políticas públicas	Samira Lima da Costa, Cindy Passeti da Costa Vida, Isabela Augusta Gama, Nathália Tarossi Locatelli, Bruno Jaar Karam, Chao Tsai Ping, Marina Galacini Massari, Tailah Barros de Paula e Ana Flávia Martins Bernardes.	2015	Investigar o cotidiano de gestantes em situação de rua e sua relação com as políticas públicas na cidade de Santos, litoral do Estado de São Paulo.
Usuários de crack em situação de rua – características de gênero	Taís Veronica Cardoso Vernaglia, Regina Amélia de Magalhães Senna Vieira e Marcelo Santos Cruz	2015	Identificar como se constituem as relações de gênero no cotidiano dos usuários de crack; e analisar a dinâmica que permeia

			a construção destas relações que envolvem troca e poder.
Mães adolescentes em situação de rua: uma revisão sistemática da literatura	Anne Lise Sandoval Silveira Scappaticci e Sergio Luis Blay	2010	Apresentar uma revisão de estudos epidemiológicos sobre gravidez e maternidade entre adolescentes que vivem em abrigos temporários.

Fonte: Lima, 2021.

Gráfico 1: artigos publicados entre os anos 2010-2020



Fonte: Lima, 2021

O gráfico 1 apresenta a frequência dos artigos publicados entre os anos de 2010-2020. A partir da observação das publicações dos artigos é possível identificar que o menor índice de publicações sobre a temática se encontra no ano de 2010, o qual apresenta cerca de 6,2% de publicação nas bases de dados BVS/LILACS e SCIELO. No ano de 2015 há um crescimento no índice de publicações alcançando uma média de 18,7%. Já entre os anos de 2016, 2017 e 2018 é possível identificar uma estabilidade no número de publicações com uma média de 12,5%. A maior média de publicação encontra-se no ano de 2019 com cerca de 25% de publicações. No entanto, o ano de 2020 apresenta uma diminuição de publicações referentes ao tema repetindo a média de anos anteriores, de aproximadamente 12,5%.

É possível compreender que a publicação de estudos científicos colabora extremamente para se obter evidências sobre determinado tema, assim sendo, o ato de escrever e publicizar são considerados como importantes meios para a realização da comunicação de trabalhos científicos (ASNAKE, 2015).

Assim pode-se inferir que as variações nos índices de publicações entre os anos 2010-2020 revelam as consequências graduais da implementação e consolidação de políticas públicas direcionadas para pessoas em situação de rua. Pode-se observar alguns eventos que contribuíram para a variação dos índices de publicações sobre a temática, em 2005 foi realizado o I Encontro Nacional sobre pessoas em Situação de Rua, ocorreu também a promulgação da Lei

no 11.258, que teve como objetivo a alteração da LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social (BARBOSA, 2018).

A Portaria nº 843 de 28 de dezembro de 2010 propôs o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais que são disponibilizados pelos Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop). No ano seguinte foi estabelecida a Portaria 122 de 25 de janeiro de 2011, que define as diretrizes para a organização e o funcionamento no que diz respeito as Equipes de Consultório na Rua (BARBOSA, 2018).

Em 2012 foi criada a Resolução nº 3 de março de 2012 sobre o cofinanciamento federal do Piso Fixo de Média Complexidade (PFMC) tornando-se disponível através do Centro Pop (BARBOSA, 2018). No entanto, diferindo dos anos anteriores, que possibilitava a promoção de políticas públicas, os anos de 2019 e 2020 são marcados por cortes e portarias que influenciam diretamente as pesquisas e publicações referente as mulheres em situação de rua. Vale ressaltar que no ano de 2019 houve uma mudança na gestão presidencial, visto que no dia 1º de janeiro de 2019 Jair Messias Bolsonaro assumiu a presidência da República.

Dessa maneira, no final do ano de 2019, foi publicada a Portaria nº 2.362, de 20 de dezembro de 2019, que prevê a adequação nos repasses dos recursos, bem como a redução orçamentária do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Outro evento importante que pode ter contribuído para a diminuição das pesquisas no ano de 2020 sobre mulheres em situação de rua (e todas as demais) foi o corte nas bolsas CAPES. Somente no ano de 2019, mais de 12 mil bolsas de mestrado e doutorado foram extintas, diminuindo assim a amplitude das pesquisas, assim como, as pesquisas sobre mulheres em situação de rua (ANDES, 2020).

Embora a resolução nº 40, de 13 de outubro de 2020 proponha diretrizes para a realização de proteção, promoção e defesa aos direitos das pessoas em situação de rua, notou-se a precariedade na execução dessa portaria. Desse modo a pandemia pelo Sars-Cov-2 (novo Coronavírus) no ano de 2020 intensificou as vulnerabilidades e invisibilização sofridas pelas pessoas em situação de rua. E em meio a pandemia não houve estratégia de proteção por parte do governo federal para essa população. Desta maneira, essa conjuntura política e social promove a diminuição de publicações na área, intensificando as desigualdades sociais (HONORATO; OLIVEIRA, 2020)

A partir da tabela 1 é possível observar a caracterização dos artigos e, conseqüentemente, as publicações nas bases de dados BVS/LILACS e SCIELO entre os anos de 2010-2020, demonstrando que os tipos de estudos, foram predominantemente empíricos com resultado 93,7% e os teóricos com resultados de 6,2%. A metodologia empregada foi 93,7% qualitativa e 6,2% multimétodos.

Tabela 1- Caracterização dos artigos publicados nas bases de dados BVS/LILACS e SCIELO entre os anos de 2010-2020.

Caracterização dos artigos		F(%)
Tipo de estudo	Empírico	93,7%
	Teórico	6,2%
Método	Quantitativo	
	Qualitativo	93,7%
	Multimétodos	6,2%

Fonte: Lima, 2021.

Observou-se ainda que os estudos apresentaram a predominância de mulheres em situação de rua que se autodeclararam pretas e pardas, é possível estimar que 70% de pessoas em situação de rua são pretas e pardas com baixa escolaridade (ensino fundamental incompleto e analfabetas), oriundas de classes sociais baixas e possuíam no mínimo um filho (a) (FIPE, 2015). Os resultados apontam para as consequências das desigualdades sociais e de gênero, no entanto para romper com esse paradigma é necessário modificar a visão reducionista e que naturaliza as desigualdades (CAMPELLO et al, 2018).

Por isso torna-se relevante compreender as principais vulnerabilidades sociais decorrentes das desigualdades de gênero, vivenciadas por mulheres em situação de rua. Assim, a partir da análise da produção científica sobre os aspectos relacionados às mulheres em situação de rua, foram identificadas cinco categorias de análise, a saber: (1) Violência sexual; (2) Uso prejudicial de drogas; (3) Maternidade; (4) Discriminação LGBTQIA+ (5) Saúde íntima das mulheres em situação de rua.

3.1 Violência sexual

A violência contra a mulher (física, sexual, psicológica, patrimonial, institucional, entre outras) é um fenômeno decorrente da desigualdade de gênero, que é fundamentada a partir de um regime patriarcal. Esse regime estabelece papéis distintos entre homens e mulheres e a sustentação de relações de dominação e submissão nas quais é destinado ao sexo masculino as relações de dominação e poder, em detrimento a mulher que é submetida às relações de subordinação (SAFFIOTI, 2004).

Nesse sentido, há um pacto social que concede aos homens direitos políticos e sexuais que os favorecem nas relações com as mulheres (incluindo mais direitos e mais acessos quando

comparados aos direitos concedidos às mulheres). Esse pacto masculino promove e assegura a opressão de mulheres, tornando-as objetos de satisfação sexual para o homem (SAFFIOTI, 2004).

Desse modo, as vivências de diversas formas de violências são relatadas por mulheres em situação de rua, tornando possível identificar violências físicas, psicológicas e violências de caráter higienista praticadas por policiais, profissionais da saúde, comerciantes e moradores locais (FRANGELLA, 2004).

Quando são consideradas todas as formas de violência, a sexual é descrita de forma recorrente pelas mulheres e merece destaque nos resultados dessa pesquisa sobretudo porque evidencia o quanto os corpos de mulheres pardas e pretas são objetificados e hipersexualizados, remetendo a uma herança histórica escravagista e patriarcal, tendo em vista que o Brasil foi construído a partir da violência sexual, do estupro.

Por isso é de extrema relevância refletir acerca da imagem que é construída sobre as mulheres, principalmente as pretas e pardas, uma vez que os estereótipos discriminatórios que objetificam, subalternizam e hipersexualizam os corpos dessas mulheres, autorizam as violências que sofrem (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2015).

A violência sexual contra as mulheres em situação de rua é praticada, geralmente, por homens que vivem em situação de rua ou não, assim como assédios e abusos por parte de policiais, principalmente em momentos de revistas policiais. Essas violências tem o potencial de provocar diversos danos de ordem física e psíquica, e que podem causar marcas irreparáveis na vida dessas mulheres (ROSA; BRÊTAS 2013). No Brasil os dados sobre a violência contra as mulheres em situação de rua ainda são subnotificados, assim como nas formas mais graves de violência, por isso não temos, de fato, a dimensão real desse problema. Nesse sentido, as violências sofridas por essas mulheres são invisibilizadas.

3.2 Uso prejudicial de drogas

Observou-se ainda que a categoria uso prejudicial de drogas, principalmente o crack, surge frequentemente nos estudos, como um dos motivos que ocasiona a situação de rua e a permanência de mulheres na rua. O fenômeno uso de substâncias psicoativas, passa por um crivo de explicações que naturalizam as desigualdades, o estigma com as mulheres em situação de rua, e é intensificado quando as mesmas fazem o uso de substâncias psicoativas consideradas ilegais. Nesse sentido a representação social que as substâncias consideradas ilícitas têm em nossa sociedade, são potencializadas mediante a política de criminalização do consumo, contribuindo para o aumento da estigmatização e das repercussões das desigualdades sociais, raciais e de gênero (ALCÂNTARA, ABREU; FARIAS, 2015).

Desse modo o processo de exclusão social antecede o uso das drogas, observando-se, então, a existência de marcadores de exclusão social que as mulheres em situação de rua apresentam como a baixa escolaridade, cor da pele parda ou preta, falta de moradia, desemprego e trabalho precário. Nesse sentido o percurso dessas mulheres é marcado pela marginalização social que precede a situação de rua e ao uso de drogas (MESSAS, et al 2016). A exclusão social por sua vez é considerada como um processo resultante de múltiplos fatores como o desemprego, pobreza, estigmatização social, isolamento, ruptura, ausência de redes de suporte, entre outros (LOPES, 2006).

Embora a exclusão social se apresente como um fenômeno complexo, as explicações sobre esse tema, foram gradativamente fundamentadas em argumentos moralistas ou psicologizantes, reduzindo esse processo a individualização (FRETIGNÉ, 1999).

Apesar das narrativas que marginalizam as mulheres em situação de rua que fazem o uso prejudicial de drogas foi possível identificar a funcionalidade das drogas para essas mulheres que estão expostas a todas as formas de violência. O uso do crack foi relatado como sendo uma estratégia para conseguir se manter em alerta, assim como, afastar o medo, a fome, tirar o sono, entre outros (SILVA JÚNIOR, 2013).

Os resultados dos estudos selecionados revelam que a relação dessas mulheres com a droga, está para além de uma suposta dependência química, e demonstra o caráter simbólico e coletivo, que perpassa por conjunturas sociais, contextuais e individuais, ou seja, não estando ligada somente à doença e ao crime. Assim, é de extrema importância a reflexão sobre essa temática complexa, que não pode partir de um viés romantizado sobre o consumo das drogas, tampouco reducionista e individualista, mas sim que descortine modelos de práticas pautadas na naturalização das desigualdades, da estigmatização e exclusão social de mulheres em situação de rua (RAUPP, 2015).

3.3 Maternidade

Embora exista no imaginário social uma representação sobre a maternidade enquanto uma determinação biológica e como algo inerente a mulher, salienta-se que esse fenômeno é influenciado pela construção social, que é marcada por desigualdades sociais e de gênero, e, portanto, não atinge da mesma maneira todas as mulheres e culturas (SCAVONE, 2001). Collins (2019), ainda destaca que a maternidade é delimitada por arranjos interseccionais de raça, classe e gênero, além disso, as diversas formas de maternagem são moldadas intensamente pela dominação racial e pela exploração econômica. A partir dessa conjuntura, é possível destacar que existem “hierarquias reprodutivas” as quais validam algumas maternidades como legítimas, aceitas e prestigiadas, enquanto outras são consideradas como estigmatizadas, negligenciadas ou impedidas (MATTAR; DINIZ, 2012)

A partir dos estudos selecionados para essa pesquisa foi possível notar que a maioria das mulheres em situação de rua que passaram pela experiência da gestação sustentavam argumentos como: “decidir continuar a gestação”, “ser uma boa mãe” e “mudar de vida”. Esses argumentos, no entanto, são atravessados a partir de uma lógica de construção que gera um imaginário de como ser mãe.

Essa conjuntura pode ser entendida a partir do dispositivo materno retratado por Zanello (2016) o qual se refere a um lugar de subjetivação, onde as mulheres são compreendidas como alguém que tem a capacidade e um “dom” inerente de cuidar, assim a maternidade é considerada como um dos aspectos essenciais para que a mulher tenha uma realização plena, tornando-se também um dispositivo para produção de culpa, ecoando inclusive nas mulheres que não desejam ter filhos e, que passam a ser consideradas como “egoístas”, “não realizadas”, “infelizes”, etc.

Para Richwin e Zanello (2022) se tornar mulher-mãe é considerado como divisor de águas para algumas mulheres em situação de rua, tendo em vista que tem o potencial de ressignificar o presente e o futuro dessas mulheres. Nesse sentido o dispositivo materno, possibilita a essas mulheres sentidos de autorrealização, afirmação identitária, valorização e satisfação. Contudo, embora o dispositivo materno apresente o potencial de promover reorganizações subjetivas e resgates identitários para mulheres em situação de rua, ele “não desconstrói totalmente os altos custos e vulnerabilizações promovidos pela construção patriarcal da maternidade e pelo dispositivo materno” (RICHWIN; ZANELLO, 2022)

As mulheres grávidas em situação de rua experienciam impasses em relação ao cuidado com a gestação, o acompanhamento pré-natal, o parto, o puerpério e a insegurança de poder ser separada do bebê. Embora, desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (no ano de 1990), a pobreza não seja justificativa para a retirada da guarda da criança, é notável, em muitos casos, que isso tem ocorrido de forma rápida, compulsória e muitas das vezes sem o devido processo legal, se constituindo como mais uma forma de violência contra os direitos das mulheres, quanto aos direitos das crianças (GOMES, 2017). Os equipamentos especializados que acolhem as mães e os bebês, possuem poucas vagas, e ainda, é comum alguns desses terem atitudes abusivas e desrespeitosas (PASSOS, 2016).

Os resultados desse estudo demonstram a urgente necessidade de problematizar essa temática a fim de se pensar outras possibilidades, uma vez que essas mulheres estão expostas a todos os tipos de violências. Por isso, é importante dar visibilidade a essas violências e construir políticas públicas que assegurem às mulheres em situação de rua seus direitos reprodutivos e sexuais.

3.4 Discriminação LGBTQIA+

A intersecção entre situação de rua, cor da pele e orientação sexual/identidade de gênero, demonstra que a combinação entre racismo, desigualdade de gênero e lgbtfobia, é cruel e violenta, expondo as pessoas que as experienciam a diversas vulnerabilidades e a elevação dos riscos, dificultando ainda mais suas vidas na rua. As pessoas LGBTQIA+ em situação de rua sofrem discriminação, são coagidas e violentadas devido a não aceitação da sua orientação sexual. As violências sofridas, são geralmente, praticadas por homens heterossexuais, que persistem de forma violenta por relações sexuais em troca de drogas e alimentos mesmo sabendo da orientação sexual dessas pessoas (CAMPO; CAROSO; MORETTI-PIRES, 2019)

Constatou-se que para além das desigualdades sociais, os conflitos familiares devido a identidade de gênero e orientação sexual obrigaram mulheres LGBTQIA+ a viver em situação de rua (SANTOS, 2018). Essas mulheres são afetadas pelas questões sociais, as quais constituem-se de maneira desmobilizante, inferiorizando e invisibilizando essas mulheres LGBTQIA+ por meio de preconceitos e discriminações. As diversas formas de desigualdade e exclusão social, submetem a experiência sexual à experiência social resultando em menos direitos sociais (PRADO E MACHADO, 2008).

Por isso o enfrentamento do preconceito, discriminação social e conseqüentemente as violências sofridas por mulheres trans, lésbicas, bissexuais e travestis (entre outras) em situação de rua só será possível quando houver democratização dos direitos e da participação social, bem como a consideração da intersecção entre cor-gênero-classe, e a percepção de como essa intersecção agrava as desigualdades para quem está em situação de rua.

3.5 Saúde íntima das mulheres em situação de ruas

Embora os estudos selecionados para essa pesquisa apresentem ênfase na temática HIV/Aids, foi possível identificar outras temáticas que emergiram a partir dos relatos das mulheres em situação de rua. Por isso, a categoria de análise saúde íntima das mulheres em situação de rua vai apresentar três subcategorias, a saber: HIV/Aids, problemas ginecológicos e período menstrual.

Apesar da prevalência de infecção por HIV/Aids ocorrer entre os homens em situação de rua, observou-se que mesmo em menor número as mulheres em situação de rua com HIV/Aids estão mais propensas a risco de agravo a saúde. (TAKEUCHI, 2018).

Isso ocorre devido as negligências praticadas constantemente por parte do Estado, o qual fomenta conseqüentemente a exclusão social. O uso abusivo de álcool e outras drogas é apontado como um fator que aumenta os riscos e as vulnerabilidades no que se refere à HIV/Aids. No entanto as ações que visam a abrupta interrupção do uso do álcool e de outras drogas não

têm se demonstrado um caminho eficiente, haja vista que são pautadas em ações rasas e imediatistas. Outro aspecto impeditivo para intervenções efetivas são o preconceito e estigmatização para com as mulheres em situação de rua com HIV/Aids nos serviços de saúde (TAKEUCHI, 2018).

Os problemas ginecológicos aparecem como um aspecto vivenciado pelas mulheres em situação de rua, sendo que as mulheres que sofreram violência sexual apresentam um estado de saúde pior, resultando assim na intensificação dos sintomas ginecológicos. A ausência de infraestrutura nas ruas para a realização da higiene pessoal promove a precarização da higiene íntima.

O artigo de Riley (2015) demonstra que 46% das mulheres revelaram que para suprir suas necessidades de higiene, alimentação e repouso precisam dormir em abrigos. No entanto, esses abrigos possuem normas rígidas e em muitos há a presença de situações violentas, dificultando assim o acesso de muitas mulheres.

O período menstrual é considerado por muitas mulheres como um agravante, pois menstruar em situação de rua e sem acesso a banheiros e produtos de higiene menstruais é um fator complicador. No Brasil, o absorvente ainda é considerado como categoria de cosméticos e não como produto essencial para a higiene íntima feminina.

Observou-se que 22% de meninas em situação de pobreza, entre 12 a 14 anos não têm acesso a produtos menstruais e entre a faixa etária de 15 a 17 anos, esse número sobe para 26%. Esses números revelam as consequências das desigualdades sociais, que impossibilitam o acesso a produtos de higiene menstrual, resultando assim na pobreza menstrual, e, no entanto, essa realidade não é considerada, por isso é preciso trazer essa temática em pauta para de fato oferecer dignidade menstrual para todas as mulheres (FLORES, 2020).

Assim, a partir das temáticas apresentadas nessa categoria fica evidente a necessidade de implantação de políticas públicas capazes de garantir os direitos sociais que de fato minimizem as vulnerabilidades e a exclusão social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa sobre os artigos apresentam cinco categorias de análise das principais vulnerabilidades sociais decorrentes das desigualdades de gênero que são vivenciadas por mulheres em situação de rua. Foram elas: Violência sexual; Uso prejudicial de drogas; Maternidade; Discriminação LGBTQIA+ e Saúde íntima das mulheres em situação de ruas.

As categorias demonstraram que para além de um contexto de desigualdade social e exclusão social, essas mulheres lidam cotidianamente com a desigualdade de gênero, decorrente de uma cultura patriarcal. No entanto, apesar das desigualdades vivenciadas pelas mulheres em

situação de rua, constata-se a inexistência de políticas públicas que considerem as especificidades dessas mulheres.

Foi possível observar ainda que a maioria dos artigos pesquisados apresentaram discussões voltadas, principalmente, para o uso abusivo de drogas e a maternidade, e geralmente essas discussões estavam relacionadas a carreira reprodutiva das mulheres. Porém, para romper com esse paradigma é necessário extrapolar essa visão reducionista. Nesse sentido os estudos poderiam investigar as temáticas a partir de uma compreensão da construção social e histórica das desigualdades de gênero e da necessidade de políticas públicas que considere as singularidades das mulheres em situação de rua.

Através desta pesquisa constatamos a correlação entre cor-gênero-classe, essa correlação leva ao acirramento do processo de desigualdades. Essa conjuntura excludente de mulheres em situação de rua potencializa a invisibilização das violências cotidianas que sofrem e naturaliza tais violências quando as individualiza.

Salienta-se a relevância desta discussão e a urgência na produção de pesquisas que reflitam sobre as condições de vida das mulheres em situação de rua, na busca em contribuir para assegurar seus direitos, assim como, incidam no fomento de políticas públicas específicas para essa população.

5 REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. Vida que não merece viver. In: **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 143-150, 2004

ALCANTARA, C. S.; ABREU, D. P.; FARIAS, A. A. Pessoas em Situação de Rua: das Trajetórias de Exclusão Social aos Processos Emancipatórios de Formação de Consciência, Identidade e Sentimento de Pertença. **Revista Colombiana de psicologia**, Bogotá , v. 24, n. 1, p. 129-143, 2015.

ANDES. **Portaria da Capes corta bolsas de diversos programas de pós-graduação**. 2020.

ASNAKE, M. A importância da publicação científica para o desenvolvimento da saúde pública. Rio de Janeiro, **Ciênc. Saúde coletiva**, v.20, n.7, 2015.

AZEVEDO, L. R. Diálogos sobre a noção de vítima e construção da identidade. São Paulo, **Interface**, v.17, n.46, p.515-22, 2013.

BARBOSA, J. C. G. **Implementação das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua: desafios e aprendizados**. Ipea, 2018.

BRASIL. Ministério De Desenvolvimento Social E Combate À Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília: Meta Instituto de Pesquisa de Opinião, SAGI, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar - pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2009.

CAMPELLO, T. GENTILI, P.; RODRIGUES, M.; HOEWELL, G. R. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 54-66, 2018.

CAMPOS, D. A.; CARDOSO, H. M.; MORETTI-PIRES, R. O. Vivências de pessoas LGBT em situação de rua e as relações com a atenção e o cuidado em saúde em Florianópolis, SC. **Saúde em debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 8, p. 79-90, 2019.

CARDOSO JÚNIOR, H; ALVAREZ, M. C. Instituições, confinamento e relações de poder: questões metodológicas no pensamento de Michel Foucault. **Psicologia & Sociedade**. v. 26, p. 100-106, 2013.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CRAWLEY, J.; KANE, D.; ATKINSON-PLATO, L.; HAMILTON, M.; DOBSON, K.; WATSON, J. Needs of the hidden homeless – no longer hidden: a pilot study. **Public Health**. v. 127, n. 7, p. 674-680, 2013.

DE ANTONI, C.; ASSMANN, A. M. As Violências Institucional e Estrutural Vivenciadas por Moradoras de Rua. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 21, n. 4, p. 641-651, 2016.

FARIAS, V. C. C. **Possibilidades de inserção/reinserção produtiva dos moradores de rua no município de Porto Alegre.**2007. 139 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FIPE, FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS. **Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo.** São Paulo, 2015.

FLORES, J. **'Dignidade menstrual': Brasil ainda está longe de ser a Escócia? '**. Universa Uol, 2020.

FRANGELLA, S. M. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de uma rua em São Paulo.** Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 2004.

FRETIGNÉ, C. **La sociologie de l' exclusion.** Paris, 1999.

GANONG, L. H. Integrative reviews of nursing research. **Res Nurs Health**,;v.10, n.1, p.1-11, 1987.

GOMES, J. D. G. **Primeira infância e maternidade nas ruas da cidade de São Paulo.** Relatório de pesquisa. São Paulo: USP, 2017.

HONORATO, B. E. F.; OLIVEIRA, A. C. S. População em situação de rua e COVID-19. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1064-1078, 2020.

INSTITUTO PATRICIA GALVÃO. Dossiê violência contra mulher Violência e Racismo. In: **Violência contra as mulheres**, 2015.

LOPES, J. R. “Exclusão social” e controle social: estratégias contemporâneas de redução da sujeitidade. **Psicologia & Sociedade**. Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 13-24, 2006.

KOWARICK, L. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil.** São Paulo, Ed. 34, p. 320, 2009.

MATTAR, L. D.; DINIZ, C. S. Hierarquias reprodutivas: Maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v.16, n.40, p.107-119, 2012.

MESSAS, G. Por uma psicopatossociologia das experiências dos usuários de drogas nas crackolândias/cenas de uso do Brasil. In: SOUZA, JESSÉ. (Org.). **Crack e exclusão social. Brasília**. Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, p. 163, 2016.

MINAYO, M. C. S. Laços perigosos entre machismo e violência. Revista **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 23-26, 2005.

NIELSEN, S. F.; HJORTHØJ, C. R.; ERLANGSEN, A.; NORDENTOFT, M. Psychiatric disorders and mortality among people in homeless shelters in Denmark: a nationwide register-based cohort study. **The Lancet**, v. 377, n. 9784, p. 2205-2214, 2011.

NOBRE, M. T.; MORENO, N. S.; AMORIN, A. K. M. A.; SOUZA, E. C. Narrativas de modos de vida na rua: histórias e percursos. **Psicologia & Sociedade**, v.30, 2018.

PASSOS, S. M. B. **Mulheres/mães usuárias de crack: histórias de desproteção social**. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. **Preconceito contra homossexualidades: hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

RICHWIN, I. F.; ZANELLO, V. A(s) maternidade(s) de mulheres em situação de rua: Entre violações e possibilidades de reparação subjetiva. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 79 – 104, 2022.

REIS, T. A. M.; GALVANI, D. A Terapia Ocupacional no campo social: relato de experiência com população adulta em situação de rua. In: **VII congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional**, porto Alegre, 2001.

ROSA, A. S.; BRÊTAS, A. C. P. O sentido de vida para pessoas em situação de rua. In: Rosa, A. S.; Brêtas, A.C.P. **Enfermagem e saúde (ORG). Olhares sobre a situação de rua**. Curitiba, p. 25-50, 2013.

ROSA, A. S.; BRETAS, A. C. P. Violence in the lives of homeless women in the city of. **Interface, comunicação, saúde, educação**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 275-285, 2015.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 151, 2004.

SANTOS, T. E. S. **A visão do trabalho entre pessoas LGBT em situação de rua** (monografia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SANTOS, C. M.; IZUMINO, W. P. **Violência contra as Mulheres e violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil**. 2005.

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Caderno Pagu**, Campinas, n. 16, p. 137-150, 2001.

SILVA, D. G.; LEMOS, F. C. S.; GALINDO, D. Corpos em situação de rua: entre práticas de normalização e resistência. **Contemporânea** v. 6, n. 2, p. 467-484, 2016.

SILVA JUNIOR, F. J. G.; MONTEIRO, C. F. S. Os significados da morte e do morrer: a perspectiva de usuários de crack. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 2, p. 378-383, 2012.

SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SOUZA, M. T; SILVA, M. D; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, vol.8 n.1, 2010.

RAUPP, L.; ADORNO, R. C. F. Territórios psicotrópicos na região central da cidade de Porto Alegre, RS, Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 803-815, 2015.

RILEY, E. D.; SHUMWAY, M.; KNIGHT, K. R. .; GUZMAN, D.; COHEN, J.; WEISER, S. D. Risk factors for stimulant use among homeless and unstably housed adult women. **Drug Alcohol Depend**, 2015.

SCOTT, J. **Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica**. **Educação e Realidade**. v.20 n.2, p.71-99, 1995.

TAKEUCHI, J. C. S. **Vidas nas ruas e IST-AIDS: sobrevivência e riscos na cidade de Santos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviços Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2018.

ZANELLO, V. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a psicologia. In: ZANELLO, VALESKA; PORTO, MADGE (Org.). **Aborto e (não) desejo de maternidade (s): questões para a psicologia**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, p. 103-122, 2016.